

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 13/Jul

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2369/2020



RIO GRANDE DO NORTE



Sindforte
Sindicato dos Empregados em Transportes de Valores, Caixa Forte, Escola Armada, Carro Leve (ATM),
Trabalhadores do Caixa Forte e Tesouraria Bancária (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte

INFORMATIVO SINDFORTE-RN

O Sindicato vem informar a toda categoria que solicitamos a retomada das negociações da campanha salarial 2020/2021 por vídeo chamada em virtude da pandemia no SRTE.

Na data de 09/07/2020 Recebemos um ofício do sindicato patronal, informando que ABTV em AGE determinaram que irá aguardar a revogação do decreto estadual para que possamos retoma as negociações de formas presenciais.

De acordo com o decreto estadual nº 29.742 do dia 4 de junho que determina que não pode haver reuniões presenciais.

O Sindicato está no aguardo, tão logo as condições sanitárias que permitam o retorno da reuniões presenciais.

SINDFORTE-RN SEMPRE NA LUTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES

BAHIA

PROTECTOR/PAGAMENTO DE PROCESSO EM TEMPOS DE PANDEMIA: MAIS PAGAMENTOS PREVISTOS PARA A PROXIMA SEMANA



Também chegou nesta semana ao Sindicato os créditos e planilhas de colegas que fizeram acordo em precatório em dois processos

Protector/Prefeitura de Salvador. No início da semana divulgaremos a agenda de entrega dos cheques.

Os dois processo totalizam um pouco mais de 300 mil reais.

Para quem está atento e acompanhando, os processos são:

- 1184
- 1194

Portanto, se ligue na agenda do Sindicato da próxima semana.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

VIPRAGA/EMBASA: PARALIZAÇÃO E PROTESTOS ARRANCA COMPROMISSO DA EMBASA PARA SOLUCIONAR SALARIO AINDA NESTA SEXTA



Nossa paciência chegou no limite e a solução foi dia paralisar e protestar hoje na Sede da Embasa (CAB). Das 7 até às 09h15 nem funcionário e diretor entrou no local e a posição da categoria com a direção do Sindicato foi muito firme: SÓ SAIMOS DAQUI HOJE COM SOLUÇÃO DO SALARIO DE JUNHO E A PARTE DE MAIO QUE FOI TIRADA CRIMINOSAMENTE PELA EMPRESA.

Já volta das 11h o Sindicato e uma Comissão de Trabalhadores se reunião com o Presidente da Embasa (Rogerio Cedras) que afirmou, preliminarmente e entre outras coisas: “que

o atraso no pagamento de é inconcebível e que situações como estas não são toleradas”. Os Sindicatos reafirmaram as denúncias das inúmeras irregularidades praticadas pela Vipac e pediu que a Embasa realize os pagamentos diretamente aos vigilantes, seja do salário, benefícios e até plano de saúde. A empresa vipraga, cinicamente, disse que não tinha como fazer o pagamento hoje aos trabalhadores, talvez só na próxima semana.

A reunião foi concluída da seguinte forma: “... até o final do dia de hoje, a Embasa irá buscar a melhor forma para solucionar o problema, dentro dos parâmetros legais, especialmente, quanto ao pagamento dos salários referente ao mês de junho/2020 devidos aos empregados da Vipac, vinculados ao contrato nº 460016156.”

A categoria suspendeu o protesto por volta das 12h30 para aguardar a solução e o dinheiro fruto do seu trabalho.

Mais uma vez a união, mobilização e consciência da categoria, sob a firme liderança das lideranças dos Sindicatos (SINDVIGILANTES E SINDMETROPOLITANO) fez a diferença e deixou várias lições de como combater patrão picareta e contratante conivente.

Veja aqui e nas redes sociais fotos e vídeos do ato.

A LUTA CONTINUA!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Hospital de Ceilândia presta contas da emenda de R\$ 1 milhão destinada pelo deputado Chico Vigilante para o combate ao coronavírus



No início da pandemia, destinei emenda de 1 milhão de reais para o Hospital Regional de Ceilândia, pois, era necessário que o HRC estivesse preparado para enfrentar o coronavírus. Agora, recebo das mãos da Dra. Luciene, diretor do hospital, a prestação de contas e não poderia estar mais satisfeito com os resultados da aplicação de recursos públicos.

Com R\$ 1 milhão, a diretoria realizou mais de 100 compras para equipar o hospital. Foram adquiridos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os trabalhadores (máscaras cirúrgicas, máscaras N95, aventais impermeáveis, macacões de proteção), equipos de soros, fluxômetros, roupas privativas,

instrumental cirúrgico, cabos para monitores, consertos de respiradores, insumos para laboratório, termômetros digitais, enxoval para os pacientes.

A Dra. Luciene me agradeceu a destinação da emenda. “Admiração e respeito à sua pessoa e ao seu trabalho. Sem a sua ajuda não seria possível salvarmos tantas vidas”. Fica o meu elogio à garra e à dedicação de toda a equipe do Hospital de Ceilândia – médicos, enfermeiros, técnicos, vigilantes, profissionais de limpeza e da cozinha e demais trabalhadores – que não tem olvidado esforços para cuidar do povo.

Chico Vigilante
Deputado distrital (PT) e Diretor da CNTV

Vigilantes de hospitais públicos do DF denunciam atraso de salários

Segundo categoria, a empresa Ipanema teria atrasado o pagamento de parte dos trabalhadores terceirizados.



Em plena pandemia do novo coronavírus, vigilantes terceirizados contratados pela empresa Ipanema para a proteção de hospitais públicos denunciam atraso no pagamento de salários deste mês.

Segundo o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF), grande parte dos 1.500 funcionários não recebeu contracheques.

“Pagaram para uma parte e para outros não”, denunciou o diretor de Comunicação do Sidesv-DF, Gilmar Rodrigues. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) acionou a Secretaria de Saúde sobre a questão.

Para Vigilante, o pagamento parcial teria sido uma tática da empresa para evitar a deflagração de uma greve. “Foi isso que fizeram, para dividir a categoria”, acredita.

Segundo o parlamentar, no contrato para a prestação do serviço de segurança em parte dos hospitais públicos, a empresa teria alegado ter R\$ 50 milhões em caixa, uma espécie de

caução.

Além disso, no contrato, nas palavras do distrital, a empresa teria assumido o compromisso de seguir com a prestação de serviço, mesmo se ficasse 90 dias sem receber do GDF.

Outro lado

A Secretaria de Saúde informou, por meio de nota, que os pagamentos relativos aos serviços de limpeza são realizados por verba indenizatória.

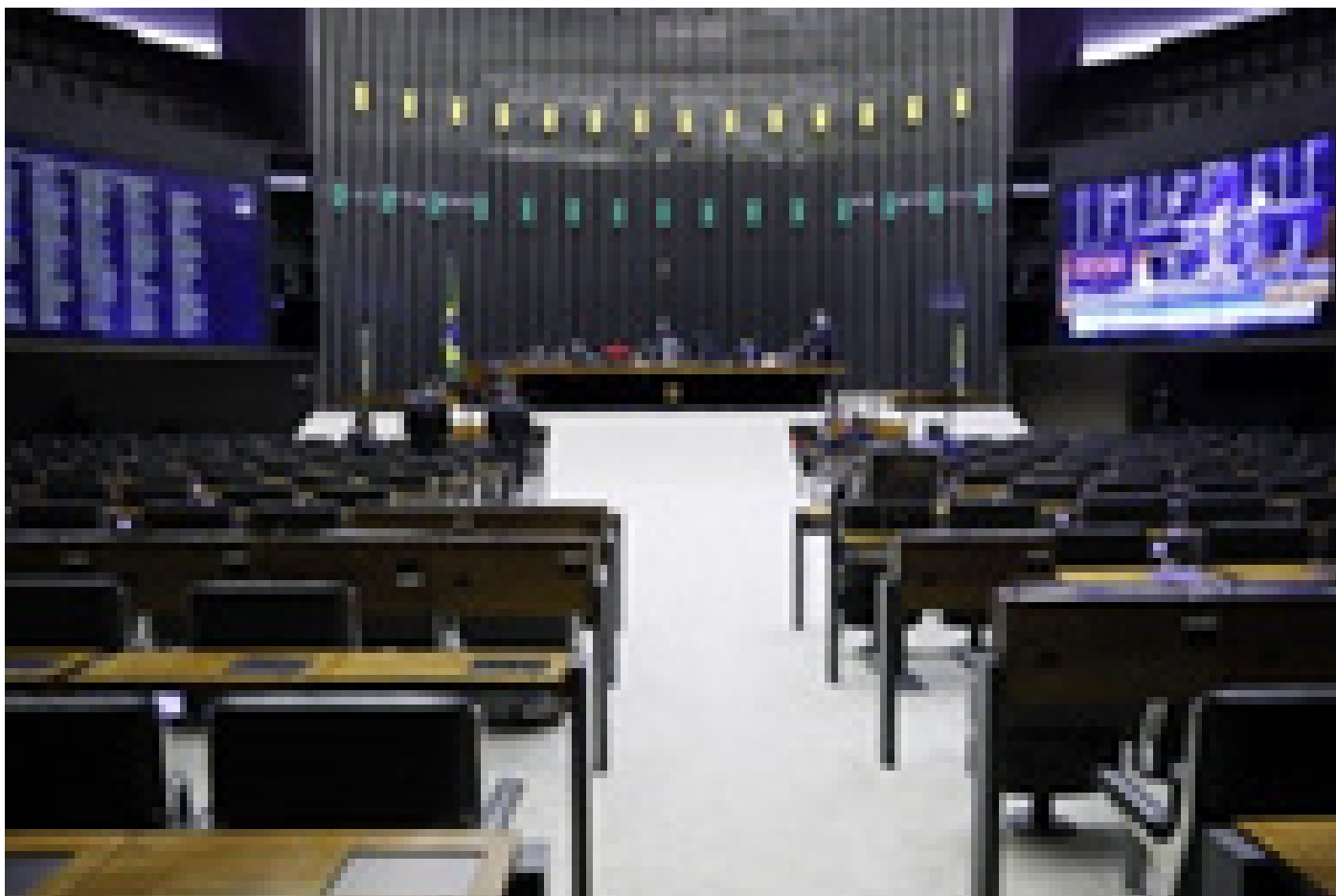
“Neste caso, o controle interno é maior, o que faz aumentar o prazo para o pagamento. O contrato de vigilância está vigente e o pagamento é realizado de acordo com os prazos previstos”, disse a pasta.

Procurada, a Ipanema não havia se manifestado até a última atualização deste texto. O espaço segue aberto.

Fonte: Metrópoles

Plenário pode votar projeto de indenização a profissionais de saúde incapacitados pela Covid-19

Deputados vão analisar as emendas do Senado ao texto



Plenário realiza votações virtuais em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar na terça-feira (14) as emendas do Senado ao Projeto de Lei 1826/20, que concede indenização aos profissionais de saúde incapacitados pela Covid-19. O texto foi aprovado pela Câmara em maio.

De acordo com a proposta, dos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Fernanda Melchionna (Psol-RS), os profissionais e trabalhadores de saúde que atuam na linha de frente do combate à doença receberão da União compensação financeira de R\$ 50 mil se ficarem incapacitados

devido à doença. Os dependentes também recebem caso o profissional morra de Covid-19.

Uma das emendas dos senadores inclui novas categorias que terão direito à indenização, como fisioterapeutas, nutricionistas, profissionais que trabalham com testagem nos laboratórios de análises clínicas, trabalhadores dos necrotérios e coveiros, e todos aqueles cujas profissões sejam reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que atuam no Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Bancos privados deixam pequenas e médias empresas à míngua na pandemia



Enquanto o Banco do Brasil e a Caixa já emprestaram R\$ 6,9 bilhões para micro e pequenas empresas, os bancos privados demonstram resistência para aderir ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Nesta quinta (9), as duas instituições públicas anunciaram mais R\$ 2,3 bilhões para esta linha de crédito.

Os recursos emprestados pelo programa são garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO), do Tesouro Nacional. O governo se dispõe a cobrir até 85% das perdas totais em casos de inadimplência. Ainda assim, os bancos privados utilizam o argumento da falta de garantias das empresas como justificativa para não disponibilizar o crédito pelo Pronampe.

O Itaú, Unibanco e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) já foram habilitados para oferecer crédito pelo Pronampe, mas ainda não formalizaram nenhuma operação.

O Santander afirmou que deve aderir ao programa a partir do mês que vem. Já o Bradesco disse que também deve participar,

mas ainda sem data definida para começar a operar. Outras 20 instituições manifestaram interesse, mas ainda analisam as condições.

Para a coordenadora de pesquisas do Dieese, Patrícia Pelatieri, os bancos privados não cumprem o papel esperado no enfrentamento da crise econômica decorrente da pandemia. Em vez de contribuir para o financiamento das atividades produtivas, “concentram renda, registram lucros enormes e selecionam para quem vão emprestar”.

Lados da moeda

Em entrevista a Glauco Faria no Jornal Brasil Atual, nesta sexta-feira (10), Patrícia destaca que os cinco maiores bancos do país (dois públicos e três privados) registraram lucro recorde de R\$ 108 bilhões em 2019.

No primeiro trimestre deste ano, com a economia estagnada e ainda antes da pandemia, o lucro somado foi de R\$ 18 bilhões. Apesar da crise, as taxas de inadimplência seguem em torno de 3%, dentro da média mundial.

Enquanto isso, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, para o trimestre encerrado em maio, mostram que o número de trabalhadores por conta própria teve redução de 8,4%.

Ao todo, 2,062 milhões de pessoas que deixaram de empreender, a maioria formada por microempreendedores individuais (MEIs). Nesse período, também houve a redução de 377 mil empregadores. Em grande medida, são pequenas empresas que já fecharam seus negócios, em função da queda nas vendas e das dificuldades no acesso ao crédito.

Fonte: RBA

Retomada da economia sem política pública piora vida das mulheres

Mães solas e mulheres negras são as mais afetadas com a volta às aulas. Culpar o aumento da desigualdade e do desemprego ao não retorno das aulas é falácia e não reflete a realidade do país, dizem especialistas



Preocupados em atender a pressão do empresariado, inclusive de escolas particulares, os governos federal, estaduais e municipais estão anunciando diariamente medidas para a retomada das atividades econômicas, entre elas, a volta as aulas, mesmo com a curva crescente de contaminação e morte por Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, no país.

Na maioria dos estados, o recomeço das aulas está previsto para agosto, outros estão mais avançados e querem voltar antes. No Rio de Janeiro, escolas particulares pressionam pelo retorno à sala de aula e o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) anunciou que a volta das escolas privadas seria facultativa a partir do dia 10 de Julho.

Uma das falsas justificativas para o retorno das aulas é que muitas pessoas, principalmente as mulheres, não têm com quem deixar os filhos para trabalhar e podem perder seus empregos.

“A retomada da economia sem pensar na realidade da mulher, que é a maioria na força de trabalho, vai prejudicar ainda mais a vida delas, principalmente as negras e mães solas”, afirma a socióloga da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos (Dieese) da CUT Nacional, Adriana Marcolino.

“As mulheres também não veem segurança para a retomada das aulas presenciais”, afirma Adriana se referindo a pesquisa do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), que revelou que 86,73% dos entrevistados disseram que não enviariam seus filhos para as atividades presenciais antes do ritmo da contaminação cair.

“Quem irá ficar com as crianças em casa, protegidas contra o coronavírus, para que essas mulheres voltem a trabalhar? Seremos mais uma vez empurradas para fora do mercado de trabalho?”, questiona Adriana.

Quase nove em cada dez trabalhadores - ocupados ou buscando emprego - que vivem completamente sozinhos com seus filhos menores de 14 anos no país são mulheres. Entre os quase 2 milhões de brasileiros nessa situação, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado na Folha de S. Paulo, 1,76 milhão são do sexo feminino e 233 mil ao masculino. As negras são maioria nesse universo de mulheres vulneráveis, embora sejam 54% da força de trabalho feminina, as pretas e pardas equivalem a 64%, ou quase 1,1 milhão, das profissionais que são “mães solo”.

De acordo com a técnica do Dieese, mesmo nas famílias que têm os dois cônjuges é muito possível que na negociação interna da família a mãe opte por ficar cuidando do filho e o pai assuma seu posto de trabalho porque não tem com quem deixar seus filhos.

“No caso das mães solas a situação é muito mais grave porque elas precisam do trabalho para sustentar sua casa e a família e por outro lado não têm como defender a retomada das

aulas e não podem contar com nenhuma estrutura pública e com isso são ainda mais penalizadas”.

Dificuldades no acesso e na permanência do trabalho

Leila Lopes, negra, divorciada, mãe solo, moradora da periferia e caixa numa rede de restaurantes foi chamada para o retorno ao trabalho no shopping, mas preferiu ser dispensada, porque não tinha com quem deixar seu filho Rafael de 11 anos, que depende dela para estudar em casa e se alimentar. E ela não é única.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) mostrou que 7 milhões de mulheres abandonaram o mercado de trabalho na última quinzena de março, quando começou a quarentena. Além da demissão, elas têm mais dificuldades para procurar uma vaga e se manter no mercado.

“Esses dados demonstra a dificuldade que o país ainda encontra em garantir uma política de acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho e políticas adequadas de cuidados dos filhos, para que elas possam exercer suas profissões. O que a pandemia fez foi escancarar este problema e a retomada da economia piorar ainda mais”, afirma Adriana.

Ela conta que em Portugal, para que as mulheres conseguissem manter sua renda e garantir proteção à vida das crianças, o governo deu um vale para que as trabalhadoras pudessem contratar uma pessoa para cuidar dos seus filhos enquanto elas estão trabalhando. No Brasil, o auxílio emergencial para as mães solas no valor de R\$ 1200 não chegou para muitas mulheres, principalmente as negras e da periferia.

“Esta retomada da economia antes da hora vai empurrar as mulheres para fora do mercado de trabalho, ampliando a parcela de mulheres na inatividade, que já são a maioria”, comentou Adriana.

Outras possibilidades

Para a economista da Unicamp, Marilane Teixeira, muitas mulheres, principalmente as negras, que estão tendo dificuldades em administrar emprego e a responsabilidade de cuidar dos filhos vão tentar viabilizar arranjos familiares ou com vizinhos porque não tem política pública de assistência para poderem

continuar trabalhando.

“O Estado deveria dar alguma contribuição adicional para que estas mulheres pudessem de alguma forma compartilhar responsabilidades, mas como não tem milhares de mulheres vão pedir demissão ou tentar garantir alguma estrutura na comunidade e contar com a solidariedade das pessoas para conseguirem voltar ao trabalho”, afirma.

O maior risco, complementa Adriana, é que muitas mulheres estão perdendo a autonomia econômica e outras estão sendo obrigadas a criar situações pouco protegidas para as crianças pra poder conseguir trabalhar. Tudo isso por falta de uma política pública que garanta a essa mulher o direito de voltar ao trabalho com tranquilidade, mantendo seus filhos seguros.

Questão de classe

Marilane destaca que também é uma questão de classe. Com a reabertura da economia, apesar da curva de contaminação em alta, quem pode vai contratar babá para continuar trabalhando em casa, com toda família protegida, quem não pode vai se arriscar e ainda pode colocar os filhos em risco.

“A classe média vai pagar a babá para fazer seu home office ou mesmo pintar a unha, enquanto a empregada doméstica, por exemplo, que está sendo obrigada a trabalhar mesmo antes da reabertura comercial, precisa levar seu filho ao trabalho e acabou perdendo a criança porque a patroa não teve paciência em ficar com o menino enquanto a mãe levava o cachorro para passear”, disse a economista.

Marilane se referiu à morte de Miguel Otávio, de cinco anos, que caiu do 9º andar de um prédio de luxo, no Centro de Recife no dia 2 de junho. Naquele dia, como não tinha com quem deixar o filho, a doméstica Mirtes Renata de Souza, o levou para o trabalho e enquanto foi passear com o cachorro da patroa, a primeira-dama de Tamandaré, Sari Corte Real, deixou o filho sob seus cuidados. Como o menino pedia muito pela mãe, ela deixando que ele entrasse no elevador e ainda apertou o andar da cobertura, mas o menino apertou outros andares e acabou descendo no 9º de onde caiu de uma varanda de serviço.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista, concorda com Marilane e diz que

a retomada da economia favorecerá só a classe média e alta deste país.

“Eu defendo o lockdown [fechamento total da economia] porque para o mercado não interessa em saber que são as mulheres pretas e pardas que estão na economia informal, no trabalho precário, com baixos salários, são as que mais precisam de renda, mas também não vão querer deixar seus filhos nas escolas para correrem o risco de perder seus filhos para a Covid-19”, ressalta.

Papel da escola e papel do governo

Para a professora e secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Rosilene Corrêa Lima, a justificativa do governo de ter que reabrir escolas para as pessoas poderem ir trabalhar revela que a escola é vista de forma errada.

Segundo ela, os governantes estão distorcendo a concepção do processo educacional e transferindo para ele uma responsabilidade social do Estado sendo que o papel do governo federal e dos governos locais é investir o dinheiro público, disponível no Orçamento da União, nas políticas públicas de apoio à população pobre para, em primeiro lugar, as pessoas possam sobreviver com dignidade e, em segundo, para segurar a economia.

“Responsabilizar a escola pelo desemprego das mães que vivem sozinhas com seus filhos é falácia. Neste momento da pandemia, o que a gente menos precisa é desse tipo de mentira”.

“Mas o governo Bolsonaro, por exemplo, preferiu entregar o dinheiro público aos banqueiros, a título de ajuda por causa da pandemia. Só em março, receberam quase R\$ 2 trilhões do ministro da Economia e em abril começaram a demitir milhares de bancários. É isso que aprofunda a crise econômica e não a escola aguardando a pandemia passar”, destaca Rosilene.

Fora que, aponta a dirigente, “tem que ser destacado que os protocolos em todo o mundo consideram escolas, faculdades e universidades como sendo os últimos espaços a serem reabertos, em função do altíssimo

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

potencial de contágio desses lugares, o que causa, invariavelmente, repiques nos casos de contaminação”.

As escolas estão preparadas?

A Secretária de Combate ao Racismo da CUT e também professora, Anatalina Lourenço, disse que é preciso se perguntar se as escolas do país, de um modo geral, têm condições de voltar às aulas neste momento. Segundo ela, a estrutura da escola já coloca esta questão em xeque.

“Nas escolas públicas a gente vê escolas que só tem um lavabo com 4 torneiras para 700 alunos, um banheiro para os meninos e um para as meninas e as salas superlotadas, como é que se evita aglomeração deste jeito?”, questiona.

Segundo ela, se o governo estivesse comprometido de fato com o bem estar da sua população seria mais responsável em averiguar as condições dadas e ainda pagar um auxílio a nível estadual para que as mães resguardem suas vidas e as de suas crianças.

Tem saída?

Anatalina ressaltou que a saída não é o retorno às aulas, mas que também não existe saída mágica. Segundo ela, é por isso que os governos deveriam sentar com os sindicatos, organizações sociais, com os pais para definirem de fato o que é melhor.

“Não há saídas milagrosas, mas esta construção não deve ser feita de uma mão única, de cima para baixo. É preciso dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras da educação, com os alunos e pais porque sozinho ninguém resolve nada. A gente precisa garantir que as crianças retornem às escolas com proteção à vida, e não correndo risco de serem contaminadas”, afirmou a dirigente.

“E é justamente por falta de uma ação contundente, seja de âmbito federal, estadual ou municipal que os governos agora tentam, de forma irresponsável, salvar economia a partir da abertura do comércio e das escolas. Isto é de uma irresponsabilidade sem precedentes”, concluiu Anatalina.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF